

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – OS RUMOS INCÓGNITOS DO PROCESSO CIVIL NO SÉCULO XXI

1. perplexidades.....	11
2. movimentos renovadores ao longo da História	13
3. tentativas de diagnóstico	14
4. algumas mudanças de rumos	15
5. resistências.....	16
6. rumos incógnitos	18

CAPÍTULO II – RELENDO PRINCÍPIOS E RENUNCIANDO A DOGMAS

7. técnicas processuais, princípios e dogmas	20
8. renunciando a dogmas	24
9. o trinômio certeza, probabilidade e risco – o espírito das Reformas	26
10. a imperfeição das leis e o espírito desta obra	29

CAPÍTULO III – SOBRE A TUTELA JURISDICIONAL AO ESTRANGEIRO

11. o tema	32
12. universalizar a tutela jurisdicional.....	33
13. “estrangeiros residentes no país”: uma restrição?	35
14. considerações finais e conclusão	36

CAPÍTULO IV – LIMITES DA SENTENÇA ARBITRAL E DE SEU CONTROLE JURISDICIONAL

15. o processo arbitral na teoria geral do processo – princípios.....	38
16. notas peculiares relevantes	41
17. solução alternativa de litígios e controle judicial	43

18. uma regra fundamental: correlação entre a sentença e a demanda.....	44
19. sobre o objeto do processo	44
20. objeto do processo arbitral: primeira abordagem	46
21. a formação do processo arbitral e seu objeto	47
22. objeto do processo e pretensão processual bifronte	49
23. demanda e sentença de caráter condenatório	50
24. pior hipótese: eliminação do excesso	51
25. das boas relações entre o juízo judicial e o arbitral.....	55

CAPÍTULO V – O REGIME JURÍDICO DAS MEDIDAS URGENTES

§ 1^o – aspectos gerais

26. disciplina insuficiente.....	59
27. tutela cautelar e tutela antecipada: proposta de distinção conceitual.....	61
28. o campo mais largo das antecipações e mais estrito das cautelares	63
29. o tempo-inimigo e os males do retardamento	65
30. males ao processo e males ao sujeito: medidas cautelares e medidas antecipatórias de tutela.....	67
31. fungibilidade.....	70
32. <i>periculum in mora</i>	72
33. cognição sumária, <i>fumus boni juris</i> e juízo do mal maior.....	73
33-A. juízo do direito mais forte.....	75
34. provisoriedade e irreversibilidade	76
35. um grau mais elevado de probabilidade: fatos incontroversos.....	77
36. aplicação de disposições contidas no Livro III do Código de Processo Civil.....	80
37. poder geral de antecipação da tutela jurisdicional.....	82
38. antecipação de tutela em caráter antecedente ou preparatório	83
39. competência para a antecipação de tutela antecedente ao processo principal.....	85
40. limite temporal da eficácia da antecipação concedida em caráter preparatório (30 dias – CPC, art. 808, inc. I)	85
41. vedada a repetição da medida antecipatória	87
42. tutela exclusivamente a pedido ou também de-ofício?	87
43. limites temporais da possibilidade de antecipar a tutela	89
44. efeitos dos recursos em relação à tutela antecipada	94
45. cont.: apelação contra “sentença que confirmar a antecipação de tutela” (art. 520, inc. VII)	96
46. responsabilidade objetiva	97
47. caução.....	99

48. síntese conclusiva	100
------------------------------	-----

§ 2º – considerações específicas

49. ressalvas e precisações: as antecipações tipificadas em lei	103
50. as obrigações específicas (fazer, não fazer, entregar).....	104
51. ação de consignação em pagamento.....	105
52. ações possessórias	106
53. antecipações regidas por leis extravagantes	108
54. o regime jurídico dessas antecipações, segundo as regras gerais.	112

CAPÍTULO VI – OS EFEITOS DOS RECURSOS

55. os atos jurídicos processuais e seus efeitos	115
56. os recursos e seu procedimento	116
57. efeitos dos recursos sobre o processo, sobre os sujeitos processuais e sobre a eficácia das decisões judiciais	118
58. o efeito constante e mais amplo de toda interposição recursal: impedir ou retardar preclusões	118
59. interposição de recurso e abertura do procedimento recursal	122
60. alongamento da litispendência ou da fase cognitiva	123
61. efeito devolutivo (abordagem genérica).....	124
62. devolução imediata, gradual ou diferida	125
63. devolução gradual.....	126
64. dimensões da devolução – horizontal, vertical e subjetiva	127
65. a dimensão horizontal.....	127
66. cont.: devolução do <i>meritum causae</i> em apelação contra sentença terminativa (art. 515, § 3º).....	131
67. a dimensão vertical.....	132
68. a dimensão subjetiva	136
69. devoluções parciais, preclusão e coisa julgada	138
70. destinatários da devolução.....	138
71. devolução imediata.....	143
72. devolução diferida	144
73. devolução cancelada.....	145
74. efeito suspensivo (abordagem genérica)	147
75. o efeito suspensivo e o conteúdo substancial da sentença.....	148
76. dimensões temporais do efeito suspensivo.....	150
77. dimensão objetiva.....	151
78. efeitos do juízo de admissibilidade pelo juízo <i>a quo</i>	153
79. efeitos do juízo de admissibilidade pelo juízo <i>ad quem</i>	154
80. efeitos do julgamento do recurso pelo órgão destinatário	155
81. efeitos do conhecimento do recurso – cassação (hipóteses).....	156
82. efeitos da anulação da decisão.....	158

83. efeitos do julgamento pelo mérito do recurso (provimento ou improvimento)..... 159
84. sobre os embargos de declaração 160
85. a mensagem 162

CAPÍTULO VII – O EFEITO DEVOLUTIVO DA APELAÇÃO E DE OUTROS RECURSOS

86. supressão de grau jurisdicional..... 164
87. duplo grau de jurisdição 167
88. a medida da inovação trazida pela *Reforma* 171
89. processo “em condições de imediato julgamento”..... 173
90. falsas carências de ação..... 176
91. cont.: falsas ilegitimidades *ad causam* 178
92. o pedido recursal e os limites da devolução 178
93. dúvidas e questionamentos..... 180
94. outros recursos (não só a apelação)..... 183
95. sentenças *citra petita* 184
96. direito intertemporal..... 185

CAPÍTULO VIII – OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COMO RECURSO

97. natureza jurídica – excepcionalidade de sua eficácia infringente 188
98. primeiro grupo de hipóteses: suprimento de uma omissão 190
99. segundo grupo de hipóteses: decisões absurdas
– excepcionalidade 191
100. onde há escopo infringente os embargos são um recurso..... 193
101. infringência, natureza recursal, contraditório..... 194
102. efeito modificativo: sua excepcionalidade sistemática 198
103. ainda a excepcionalidade: resenha jurisprudencial 200
104. embargos declaratórios e erro material..... 202

CAPÍTULO IX – A RECLAMAÇÃO NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

105. remédio processual sem natureza recursal 204
106. natureza jurisdicional 208
107. hipóteses de admissibilidade 209
108. a *preclusão hierárquica* imposta aos juízes e tribunais..... 210
109. parâmetros da desobediência: o *preceito* contido na parte
dispositiva do acórdão 212
110. parâmetros da desobediência: os fundamentos da decisão e
da demanda decidida 214

CAPÍTULO X – RELATIVIZAR A COISA JULGADA MATERIAL**§ 1º – a coisa julgada entre as outras garantias constitucionais – premissas**

111. minhas premissas.....	217
112. coisa julgada material, coisa julgada formal e preclusão	220
113. a coisa julgada material no processo civil de resultados	224
114. a proposta do Min. José Augusto Delgado	225
115. o Supremo Tribunal Federal e a garantia do justo valor.....	227
116. de Pontes de Miranda a Humberto Theodoro Júnior.....	228
117. Eduardo Couture.....	229
118. Juan Carlos Hitters	230
119. Hugo Nigro Mazzilli e as lições que invoca.....	231
120. o monografista Paulo Otero.....	233
121. direito norte-americano	233
122. um caso examinado por Ada Pellegrini Grinover	236
123. recentes ensaios brasileiros	237
124. não levar longe demais a autoridade da coisa julgada.....	239

§ 2º – proposta de sistematização

125. a coisa julgada material na garantia constitucional, na disciplina legal e no sistema.....	241
126. método indutivo.....	243
127. coisa julgada, efeitos da sentença e impossibilidades jurídicas ...	245
128. impossibilidade jurídica e convivência entre princípios e garantias.....	249
129. justo preço e moralidade: valores constitucionais relevantes.....	250
130. sentenças juridicamente impossíveis – a favor ou contra o Estado	252
131. não basta a inconstitucionalidade	253
132. a dimensão da conclusão proposta	254
133. remédios processuais adequados	257
134. ação rescisória	259
135. minhas preocupações.....	260
136. em defesa da tese.....	262

CAPÍTULO XI – AÇÃO RESCISÓRIA, INCOMPETÊNCIA E CARÊNCIA DE AÇÃO

137. a Súmula n. 249 do Supremo Tribunal Federal: competência funcional.....	271
138. razão de ser dessa competência funcional.....	273
139. relação hierárquica – tribunais de superposição.....	273
140. substituição do acórdão recorrido pelo que julga o recurso	275

141. aplicação dessa regra	277
142. uma substituição à brasileira	278
143. acima da incompetência, carência de ação	280
144. extinção sem julgamento do mérito e não mera transferência ao Supremo Tribunal Federal ou ao Superior Tribunal de Justiça	282

CAPÍTULO XII – AÇÃO RESCISÓRIA CONTRA DECISÃO INTER- LOCUTÓRIA

145. um caso difícil e extraordinário.....	284
146. a causa e a origem da dificuldade.....	285
147. prescrição, um fato extintivo (questão de mérito).....	286
148. momentos para o exame da prescrição.....	287
149. decisão interlocutória de mérito	289
150. a lógica do razoável e a imperfeição das leis	289
151. da imperfeição da lei à rescindibilidade de todas as decisões de mérito.....	290
152. ressalvas e cautelas.....	292

CAPÍTULO XIII – MENOR ONEROSIDADE POSSÍVEL E EFETIVIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL

153. uma solução de equilíbrio.....	294
154. preservar o patrimônio e a dignidade do devedor... ..	295
155. ...sem comprometer a efetividade da tutela jurisdicional	296
156. tornando ao equilíbrio	301
157. empresas devedoras.....	303
158. penhora de rendimentos.....	305
159. penhora de depósitos	307

CAPÍTULO XIV – O CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO E A TEORIA DO TÍTULO EXECUTIVO

160. uma convicção amadurecida	309
161. a tipicidade do título executivo e a liquidez do crédito.....	309
162. a indispensável suficiência do título.....	311
163. as declarações do correntista	312
164. a jurisprudência evoluiu	313

<i>BIBLIOGRAFIA</i>	317
----------------------------------	-----

<i>ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO</i>	327
---	-----